

13

1-E	136
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

____ Escritura pública de: - **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** ---

3ª ALTERAÇÃO À ESCRITURA PÚBLICA DO
CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORA-
ÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATA-
MENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DO
SISTEMA DE RECOLHA, TRATAMENTO E
REJEIÇÃO DE EFLUENTES. -----

____ - **Data de realização:** - vinte de Agosto de dois mil e doze. -----

____ - **Local:** - Edifício dos Paços do Município - Figueira da Foz. -----

____ - **Presidida por:** - Lic. Maria Delminda Neves, Notária do Cartório
com sede no "Edifício Fozcenter" - Rua da República, nº. 198, 2º. Andar -
Figueira da Foz. -----

____ - São **outorgantes** no acto: -----

____ - PRIMEIRO(S)/ VENDEDOR(ES) - _____

____ - Dr. JOÃO ALBINO RAINHO ATAÍDE DAS NEVES, casado,
natural da freguesia de S. Julião - Figueira da Foz, residente na Rua Miguel
Bombarda, nº. 77, 1º. Dtº., 3080-000 Figueira da Foz, -----

____ - que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com
os necessários poderes, em representação do : -----

____ - "**MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ**", Pessoa Coletiva de
Direito Público, titular do NIPC **501 305 580**, com sede neste local, à Avenida
Saraiva de Carvalho, 3084-501, freguesia de S. Julião, concelho de Figueira da
Foz, _ -----

____ - adiante designado abreviadamente por "**ENTIDADE CONCE-
DENTE**", -----

_____ - no uso dos poderes que por lei lhe estão conferidos e conforme atas deliberativas apresentadas . -----

_____ - SEGUNDO(S)/ COMPRADOR(ES) - _____

_____ - Eng. ALFREDO AMANCIO RODRIGUEZ CASTILLA, casado, natural de Espanha, de nacionalidade espanhola, residente em Esplugues de Llobregat, Barcelona, Espanha; -----

_____ - Dr. JOSÉ ENRIQUE CASTIBLANQUES TENA, solteiro, maior, natural de Espanha, de nacionalidade espanhola, residente em Valência, Espanha, -----

_____ - os quais outorgam, respectivamente, nas qualidades de Presidente e Vogal do Conselho de Administração, em representação, com os necessários poderes, da sociedade denominada:-----

_____ - “ ÁGUAS DA FIGUEIRA, S.A.”, titular do NIPC 504 450 875, que é também o seu número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Figueira da Foz, com sede na Rua Dr. Mendes Pinheiro, freguesia de S. Julião, concelho de Figueira da Foz, com o capital social de um milhão e quinhentos mil euros - nos termos da certidão permanente consultada através do código de acesso 4780-5214-8382, -----

_____ - adiante designada abreviadamente por “**CONCESSIONÁRIA**”.

_____ - **Identidade verificada:** - quanto ao primeiro, por conhecimento pessoal, bem como a sua qualidade; os segundos, por exibição dos seus Bilhetes de Identidade nºs 52622549-K, válido até 29.05.2017 e 25389143H, válido até 30.05.2021, emitidos pelas competentes autoridades espanholas. -----

_____ - **Objecto do(s) acto(s)/contrato(s):** -----

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

1-E	137
Livro	Folhas

____ - **FOI DITO:** -----

____ - QUE PROCEDEM À FORMALIZAÇÃO DA TERCEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DO SISTEMA DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ, **CONSIDERANDO QUE:** -----

____ (A) Por contrato de concessão celebrado em **29 de Março de 1999** entre a Entidade Concedente e a Concessionária (“Contrato de Concessão”), foi atribuída a esta última a concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho da Figueira da Foz;-----

____ (B) O Contrato de Concessão foi objeto de duas alterações, outorgadas, respetivamente, em **4 de Dezembro de 2001** e em **7 de Dezembro de 2004;** -----

____ (C) As obras já executadas no âmbito do Novo Plano Global de Investimentos, constante do 2º Aditamento (2ª Alteração) ao Contrato de Concessão, permitem atingir as metas comunitárias de cobertura dos Serviços de distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais;-----

____ (D) Na sequência da entrada em vigor da Lei nº 12/2008, de 26 de Fevereiro, a prestação de serviços públicos essenciais ficou sujeita a um conjunto de novas regras, das quais a proibição de cobrança de tarifa/taxa de aluguer de contador e a legitimação de tarifas de disponibilidade e de utilização dos serviços; -----

____ (E) Foi alterado o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, nos termos da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro; -----

____ (F) Entrou igualmente em vigor um novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão dos resíduos urbanos, nos termos do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto, estando já em curso o prazo legal para cumprimento da obrigação de adaptação do Contrato de Concessão às disposições do mesmo resultantes; -----

____ (G) Pretendendo dar aplicação às disposições legais citadas nos considerandos anteriores, assim como a vários outros diplomas que determinam a proporcionalidade das tarifas e taxas a fixar pelos serviço de água, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos tem vindo a emitir diversas Recomendações relativas aos tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, saneamento de águas residuais urbanas e gestão dos resíduos urbanos (“Recomendações Tarifárias”); -----

____ (H) Com vista à conformação às novas disposições legais e às Recomendações Tarifárias, é necessário proceder à adaptação da estrutura do Tarifário e consequentemente do Caso Base, à alteração do Regulamento do Serviço e bem assim à revisão de algumas cláusulas do Contrato de Concessão.-----

____ - ASSIM, é acordado e reduzida a escrito a presente
Terceira Alteração ao Contrato de Concessão da Exploração do

1-E	138
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho da Figueira da Foz (adiante designado “Terceiro Aditamento”) de acordo com a deliberação do Executivo datada de **06 de Julho** e deliberação da Assembleia Municipal da Figueira da Foz de **31 de Julho**, que entrará em vigor após pronúncia do Tribunal de Contas, e que se regerá pelas seguintes disposições:-----

-----CLÁUSULA 1ª-----

-----DEFINIÇÕES-----

____ 1. As definições constantes do Artigo 1º (Definições) do Contrato de Concessão da Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho da Figueira da Foz consideram-se incluídas no presente Terceiro Aditamento.-----

____ 2. Neste Terceiro Aditamento e respetivos anexos, sempre que iniciados por maiúscula, e salvo se do contexto claramente resultar sentido diferente, os termos abaixo indicados terão o significado que a seguir lhes é apontado: -----

____ a) Anexos – Os documentos identificados no Artigo 100º do Contrato e na Cláusula 2ª do presente Terceiro Aditamento, fazendo o seu conteúdo parte integrante do Contrato;-----

____ b) Caso Base – O conjunto dos pressupostos e projeções económico-financeiros, constantes do Anexo I-E a este Terceiro Aditamento, que revoga e substitui o Caso Base anterior;-----

____ c)---- Entidade Reguladora – A entidade reguladora dos sectores dos

serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, anteriormente denominada IRAR I.P., atual ERSAR; -----

____ d) Comissão de Acompanhamento – A comissão prevista no Artigo 93º-A do Contrato, na redação conferida pelo presente Terceiro Aditamento; -----

____ e) Plano de Investimentos – o documento, constante do Anexo I-B a este Terceiro Aditamento, que revoga e substitui o Novo Plano Global de Investimentos (2º Aditamento);-----

____ f) Regulamento de Serviços - O documento que visa estabelecer as obrigações e os direitos da Concessionária e dos Utilizadores subjacentes às relações de prestação e utilização dos Serviços, incluindo os Níveis de Serviço a que a Concessionária se obriga perante os Utilizadores, que revogará e substituirá o atual Regulamento de Serviços, com efeitos a partir da respetiva publicação e que constitui o Anexo V; -----

____ g) Tarifário – O conjunto de preços que a Concessionária pode liquidar e cobrar no âmbito da Concessão, de acordo com o Contrato, constante do Anexo I-G a este Terceiro Aditamento, que revoga e substitui o Tarifário;-----

-----CLÁUSULA 2ª-----

-----NOVOS ANEXOS-----

____ Passam a fazer parte do Contrato os seguintes novos Anexos, os quais figuram em apenso ao Terceiro Aditamento: -----

____ Anexo I-B: Plano de Investimentos; -----

____ Anexo I-E: Caso Base;-----

1-E	133
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

____ Anexo I-G: Tarifário; -----

____ Anexo V: Regulamento do Serviço; -----

-----CLÁUSULA 3ª-----

____ REGRAS DE PREVALÊNCIA E INTERPRETAÇÃO DE DOCUMENTOS -----

____ 1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no Contrato e no presente Terceiro Aditamento, se não puderem ser solucionadas pelos critérios legais de interpretação e de integração de lacunas, resolver-se-ão de acordo com a seguinte sequência de prevalência:-----

____ a) O estabelecido no presente Terceiro Aditamento prevalecerá sobre o que constar em todos os demais documentos; -----

____ b) O estabelecido no clausulado do Contrato prevalecerá sobre os restantes documentos, mesmo o estabelecido nos Anexos; -----

____ c) O estabelecido na Proposta prevalecerá sobre os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado pelo Contrato; -----

____ d) Em último lugar serão atendidos os elementos do Concurso.

-----CLÁUSULA 4ª-----

-----ALTERAÇÃO DE REDACÇÃO-----

____ São alterados, revogados e/ou aditados os artigos 2º, 11º, 14º, 15º, 15º-A, 16º, 16º-A, 16º-B, 16º-C, 24º, 26º, 27º, 28º, 32º, 34º, 35º, 36º, 40º, 41º, 43º, 44º, 47º, 48º, 52º, 53º, 58º, 60º, 65º, 66º, 67º, 69º, 73º, 73º-A, 74º, 76º, 78º, 79º, 80º, 81º, 91º-A, 93º-A e 93º-B do Contrato, nos termos seguintes: -----

-----Artigo 2º-----

------(Objeto do Contrato)-----

- ____ 1. (...).-----
- ____ 2. (...).-----
- ____ 3. (...):-----
- ____ a) (...); -----
- ____ b) (...); -----
- ____ c) (...); -----
- ____ d) (...); -----
- ____ e) (...); -----
- ____ f) (...); -----
- ____ g) (...); -----
- ____ h) (...); -----
- ____ i) (...); -----
- ____ j) Apresentar à ENTIDADE CONCEDENTE o Plano de Investimentos do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Saneamento, até 30 de Novembro de cada ano, o qual deverá ser aprovado pela ENTIDADE CONCEDENTE, até 31 de Dezembro de cada ano; -----
- ____ k) (...); -----
- ____ l) (...); -----
- ____ m) (...). -----
- ____ n) A CONCESSIONÁRIA deve obter as autorizações legais necessárias à prossecução dos Serviços, designadamente os títulos de utilização dos recursos hídricos, nos termos da legislação aplicável. -----
- ____ o) A CONCESSIONÁRIA deve articular-se com os serviços competentes da ENTIDADE CONCEDENTE no sentido de respeitar as

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

1-E	190
Livro	Folhas

orientações definidas em matéria de planos municipais de ordenamento do território;-----

___ p) A CONCESSIONÁRIA deve ser consultada no âmbito do controlo prévio de operações urbanísticas, no que respeita à viabilidade de disponibilização atempada dos Serviços e respetivo impacto na economia da Concessão;-----

___ 4. (...). -----

___ 5. (...). -----

___ 6. (...). -----

___ 7. Excluem-se, expressamente, do objeto da CONCESSÃO a gestão do sistema municipal de águas pluviais.-----

___ 8. Sem prejuízo do disposto no artigo 54º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, a ENTIDADE CONCEDENTE poderá modificar, ampliando ou reduzindo, o objeto da CONCESSÃO, havendo lugar à reposição do equilíbrio económico-financeiro nos termos do artigo 47º. -----

-----Artigo 11º-----

----- (Exclusividade) -----

___ 1. (...). -----

___ 2. (...). -----

___ 3. A ENTIDADE CONCEDENTE pode recusar a utilização de subcontratados quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato ou quando não seja evidente uma mais-valia dessa subcontratação para a qualidade e custo dos Serviços para os Utilizadores, devendo nesta

circunstância a CONCESSIONÁRIA consultar o mercado.-----

____ 4. A CONCESSIONÁRIA pode, desde que autorizada pela ENTIDADE CONCEDENTE, subconcessionar parte do Serviço, não podendo daí resultar a aplicação de tarifas superiores às previstas no Contrato. -----

____ 5. No caso de haver subconcessão de parte do Serviço, a CONCESSIONÁRIA mantém os direitos e obrigações, perante a ENTIDADE CONCEDENTE, fixados no Contrato. -----

-----**Artigo 14º**-----

-----**(Regulamento do Serviço)**-----

____ 1. (...). -----

____ 2. (...). -----

____ 3. O novo Regulamento de Serviços será elaborado de acordo com a legislação em vigor e as orientações da Entidade Reguladora tratando de forma independente os aspetos referentes ao abastecimento de água e à drenagem de águas residuais e incluirá: -----

____ a) Princípios gerais do documento; -----

____ b) Regras de relacionamento entre a CONCESSIONÁRIA e os Utilizadores, incluindo a definição do processo de tramitação dos requerimentos, reclamações e notificações;-----

____ c) Regras de utilização dos Serviços, nomeadamente a definição das condições de aceitabilidade das águas residuais industriais, métodos de controlo e verificações da CONCESSIONÁRIA e autocontrolo pelos Utilizadores;-----

____ d) Definição das normas de prestação dos Serviços, nomeadamente

1-E	141
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

quanto à qualidade dos mesmos; -----

____ e) Preparação do processo de ligação e documentos contratuais;-----

____ f) Definição do modo de aplicação das diversas taxas e tarifas; -----

____ g) Normas e competências para aplicação de sanções, graduação e montantes; -----

____ h) Manutenção de Contadores e normas de leitura e medição de consumos; -----

____ i) Níveis mínimos de qualidade de serviço e as compensações devidas em caso de incumprimento. -----

____ 4. A alteração das disposições do Regulamento do Serviço será feita por acordo entre as Partes após consulta pública, parecer da Entidade Reguladora, e cumprimento dos demais requisitos previstos na lei. -----

____ 5. O Regulamento do Serviço será publicitado nos termos e moldes previstos na lei. -----

-----Artigo 15º-----

----- (Solicitação de Contrato de Serviços) -----

____ 1. A prestação de serviços aos Utilizadores será sempre objeto de Contratos de Fornecimento e/ou Recolha, celebrados com a CONCESSIONÁRIA. -----

____ 2. Os Contratos de Fornecimento e Recolha serão celebrados com os Utilizadores que disponham de título válido para a ocupação do imóvel. ----

____ 3. Situações excepcionais, não previstas nos números anteriores, carecem de autorização da ENTIDADE CONCEDENTE. -----

____ 4. A CONCESSIONÁRIA deve iniciar o fornecimento e recolha no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da entrada em vigor do

Contrato de Fornecimento e de Recolha, com ressalva das situações de força maior e dos casos que careça de construção dos ramais de ligação.-----

____ 5. A CONCESSIONÁRIA deve disponibilizar aos Utilizadores, por escrito e no momento da celebração do Contrato de Fornecimento e de Recolha, as condições contratuais da prestação do serviço, incluindo informação clara e precisa acerca dos principais direitos e obrigações dos Utilizadores e da CONCESSIONÁRIA, nomeadamente, quanto à medição, faturação, cobrança, condições de suspensão do serviço, tarifário, reclamações e resolução de conflitos.-----

____ 6. A alteração do Utilizador pode ser feita por transmissão da posição contratual ou através da substituição do Contrato de Fornecimento e de Recolha.-----

____ 7. Não pode ser recusada a celebração de Contratos de Fornecimento e de Recolha com novo Utilizador com base na existência de dívidas emergentes de contrato distinto com outro Utilizador que tenha anteriormente ocupado o mesmo imóvel, salvo quando seja manifesto que a alteração do titular do contrato visa o não pagamento do débito. -----

____ 8. A CONCESSIONÁRIA apenas poderá, porém, celebrar Contratos de Fornecimento e/ou de recolha e estabelecer ligações após exibição, pelo Utilizador, da respetiva licença de construção ou de utilização ou documento que a substitua.-----

-----**Artigo 15º - A**-----

-----**(Direito à Informação)**-----

____ 1. A CONCESSIONÁRIA deve dispor de um sítio na Internet no qual seja disponibilizada informação essencial sobre a sua atividade,

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

1-E	142
Livro	Folhas

nomeadamente: -----

___ a) Identificação da CONCESSIONÁRIA, suas atribuições e âmbito de atuação;-----

___ b) Estatutos e contrato relativo à gestão do sistema e suas alterações, quando aplicável;-----

___ c) Relatório & Contas ou documento equivalente de prestação de contas;-----

___ d) Regulamento de Serviços; -----

___ e) Tarifários; -----

___ f) Condições contratuais relativas à prestação dos Serviços aos Utilizadores;-----

___ g) Resultados da qualidade da água, bem como outros indicadores de qualidade do serviço prestado aos Utilizadores;-----

___ h) Informações sobre interrupções do serviço; -----

___ i) Contactos e horários de atendimento. -----

-----**Artigo 16º**-----

-----**(Obrigação de Estabelecimento de Contrato)**-----

___ 1. Sem prejuízo das condições estipuladas no Contrato, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a aceitar como Utilizador qualquer indivíduo ou entidade que o solicite, desde que o local de ligação sobre o qual recai o pedido se encontre a uma distância inferior ou igual a 20m (vinte metros) dos Sistemas e de acordo com as restantes condições definidas no Regulamento do Serviço. -----

___ 2. Não se verificando o disposto no número anterior, a aceitação do Utilizador dependerá do pagamento por este dos encargos decorrentes da

ligação à rede pública existente. -----

____ 3. Quando a rede pública de águas residuais esteja localizada a uma distância superior à referida no número 1 anterior e não seja solicitado o prolongamento do ramal, a CONCESSIONÁRIA deve assegurar, através de meios próprios e ou de terceiros, a provisão do serviço de limpeza de fossas sépticas, no cumprimento da legislação ambiental. -----

-----**Artigo 16º-A**-----

-----**(Obrigatoriedade de instalação e ligação)**-----

____ 1. Todos os edifícios, existentes ou a construir, com acesso ao serviço de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais devem dispor de sistemas prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais devidamente licenciados, de acordo com as normas de conceção e dimensionamento em vigor, e estar ligados aos respetivos sistemas públicos, sendo a ligação aos Sistemas obrigatória para os Utilizadores e/ou proprietários. -----

____ 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, podem ser aceites pela CONCESSIONÁRIA, em casos excecionais, soluções simplificadas, desde que garantidas as condições adequadas de saúde pública e proteção ambiental, nos termos definidos no Regulamento do Serviço. -----

____ 3. A ENTIDADE CONCEDENTE pode deliberar no sentido da dispensa da obrigação consignada no n.º 1, quando razões ponderosas de interesse público assim o justifiquem. -----

____ 4. O disposto no n.º 1 não é aplicável a edifícios que disponham de sistemas próprios de abastecimento e/ou saneamento devidamente licenciados nos termos da legislação aplicável, nomeadamente unidades

8

1. E	143
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

industriais. -----

____ 5. A instalação dos sistemas prediais e respetiva conservação em boas condições de funcionamento e salubridade é da responsabilidade dos Utilizadores e/ou proprietários, nos termos do presente Artigo e do Artigo 24º, não constituindo responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, nem da ENTIDADE CONCEDENTE.-----

____ 6. Durante o procedimento de controlo prévio de operação urbanística, deve ser consultada a CONCESSIONÁRIA para emissão de parecer, sobre os projetos dos sistemas prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, nos termos da Lei. -----

____ 7. Compete à ENTIDADE CONCEDENTE promover a consulta a que se refere o número anterior. -----

____ 8. A CONCESSIONÁRIA deve, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, notificar os Utilizadores e/ou proprietários dos edifícios abrangidos pelo serviço de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais das datas previstas para início e conclusão das obras dos ramais de ligação para a disponibilização dos respetivos serviços.-----

____ 9. A execução de ligações aos sistemas públicos ou a alteração das existentes compete à CONCESSIONÁRIA, não podendo ser executada por terceiros sem a respetiva autorização. -----

-----Artigo 16º-B-----

-----Inspeção aos Sistemas Prediais)-----

____ 1. Os sistemas prediais ficam sujeitos a ações de inspeção da CONCESSIONÁRIA sempre que haja reclamações de Utilizadores, perigos

de contaminação ou poluição, ou suspeita de fraude.-----

____ 2. Para efeitos do previsto no número anterior, o proprietário deve permitir o livre acesso à CONCESSIONÁRIA desde que avisado, por carta registada ou outro meio equivalente, com uma antecedência mínima de 8 (oito) dias, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de 2 (duas) horas, previsto para a inspeção.-----

____ 3. O respetivo auto de vistoria deve ser comunicado aos responsáveis pelas anomalias ou irregularidades, fixando prazo para a sua correção. -----

____ 4. Em função da natureza das circunstâncias referidas no n.º 1, a CONCESSIONÁRIA pode determinar a suspensão do fornecimento de água e/ou recolha de saneamento. -----

-----Artigo 16º-C-----

-----**(Salvaguarda da Integridade dos Sistemas Prediais Públicos)**-----

____ 1. De forma a garantir a integridade dos sistemas prediais de distribuição de água, a CONCESSIONÁRIA deve: -----

____ a) Tomar as medidas necessárias para evitar a deterioração anormal nos sistemas prediais resultantes de pressão excessiva ou variação brusca de pressão na rede pública de distribuição de água, nos termos previstos na legislação aplicável;-----

____ b) Fornecer água para consumo humano que não cause uma deterioração anormal dos componentes físicos dos sistemas prediais. -----

____ 2. Os Utilizadores não devem fazer uso indevido ou danificar qualquer Infraestrutura ou Equipamento dos Sistemas. Nestas circunstâncias, nomeadamente furtos de água ou introdução na rede pública de água de outras origens, danificação de dispositivos de utilização pública,

1-E	144
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

bem como danificação de elementos constituintes da rede pública, os encargos decorrentes da reparação e reposição do normal funcionamento dos Sistemas recairão sobre esses Utilizadores, de acordo com o Regulamento do Serviço.-----

____ 3. De forma a garantir a integridade dos sistemas prediais de recolha de efluentes, a CONCESSIONÁRIA deve assegurar o cumprimento das normas de ligação das redes prediais à rede pública, nos termos previstos na legislação aplicável e no Regulamento do Serviço.-----

____ 4. Os Utilizadores não devem fazer uso indevido ou danificar qualquer infraestrutura ou Equipamento dos Sistemas. Nestas circunstâncias, nomeadamente descargas não autorizadas, introdução de objetos/materiais que impeçam o normal funcionamento do sistema de drenagem, os encargos decorrentes da reparação e reposição do normal funcionamento dos Sistemas recairão sobre esses Utilizadores, de acordo com o Regulamento do Serviço.-----

-----Artigo 24º-----

-----**(Trabalhos de Manutenção e Reparação)**-----

____ 1. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a efetuar os trabalhos de manutenção e reparação de todas as Infraestruturas e Equipamentos concessionados, seja qual for a sua dimensão, suportando os inerentes encargos, sem prejuízo do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 47º do Contrato de Concessão.-----

____ 2. (...).-----

____ 3. (...).-----

____ 4. (...).-----

____ 5. (...). -----

____ 6. Os trabalhos de manutenção e reparação e as operações necessárias para manter em perfeitas condições de funcionamento e salubridade os sistemas prediais, são da responsabilidade do proprietário e/ou Utilizador, na parte que a cada um compete. -----

____ 7. Nos sistemas prediais de grande capacidade e quando se justifique pelo impacto no funcionamento do sistema público, pode a CONCESSIONÁRIA exigir aos Utilizadores e/ou proprietários um programa de operação que refira os tipos de tarefas a realizar, a sua periodicidade e a sua metodologia, sendo o seu cumprimento da responsabilidade dos Utilizadores e/ou proprietários dos Sistemas.-----

-----**Artigo 26º**-----

-----**(Ramais de Ligação Domiciliária)**-----

____ 1. São considerados ramais de ligação os que asseguram o abastecimento predial de água, desde a rede pública até ao limite da propriedade a servir e a condução de forma separativa das águas residuais prediais e das águas pluviais prediais, desde a câmara de ramal de ligação até à rede pública. -----

____ 2. Os ramais de ligação consideram-se tecnicamente como partes integrantes das redes públicas de distribuição e drenagem, competindo à CONCESSIONÁRIA promover a sua construção, instalação, conservação, substituição e/ou renovação. -----

____ 3. Quando aplicável, será cobrado ao Utilizador pelo primeiro estabelecimento de ramal de ligação o valor das obras respetivas, de acordo com medição e preços constantes do Tarifário, estando isentos da tarifa de

10

1-E	145
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

construção de ramal os novos Utilizadores domésticos sempre que o comprimento do ramal seja inferior a 20 m (vinte metros).-----

____ 4. Para extensões superiores a 20 metros, o utilizador suportará apenas o custo excedente. -----

-----Artigo 27º-----

----- (Contadores) -----

____ 1. (...). -----

____ 2. Os contadores para medição de água são fornecidos pela CONCESSIONÁRIA aos Utilizadores, cabendo-lhe definir o seu tipo, calibre e classe metrológica, de acordo com os parâmetros fixados na legislação específica em vigor. -----

____ 3. A instalação dos contadores referidos no número anterior será feita pela CONCESSIONÁRIA, devendo ser instalado um por cada Utilizador, podendo ser colocados isoladamente ou em conjunto, em espaços definidos por esta através de especificações técnicas adequadas e de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. -----

____ 4. (...). -----

____ 5. Os medidores de caudal de águas residuais industriais, os dispositivos de medição dos parâmetros de poluição e os dispositivos de recolha de amostras, são fornecidos, instalados e mantidos pela CONCESSIONÁRIA. -----

____ 6. Os medidores e dispositivos referidos no número anterior, quando fixos, serão fornecidos, instalados, mantidos e custeados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do Regulamento do Serviço. -----

-----Artigo 28º-----

-----**(Verificação dos Contadores)**-----

____ [Revogado]-----

-----**Artigo 32º**-----

-----**(Extensões Realizadas por Iniciativa de Particulares)**-----

____ A CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se-á diretamente pela realização dos trabalhos de extensão de redes, correndo no entanto por conta dos Utilizadores interessados os custos acrescidos de ligação no caso de extensões que se encontrem a uma distância superior a 20 metros dos Sistemas ou sempre que impliquem a remodelação dos sistemas públicos de distribuição de água e/ou recolha de águas residuais domésticas identificadas no processo de análise dos projetos. -----

-----**Artigo 34º**-----

-----**(Plano de Investimentos)**-----

____ 1. A CONCESSIONÁRIA executará o Plano de Investimentos, que consta do Anexo I-B, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes. -----

____ 2. O Plano de Investimentos poderá ser revisto sempre que necessário, mediante proposta fundamentada de qualquer das PARTES comunicada à outra com a antecedência mínima de 1 (um) ano.-----

____ 3. (...). -----

____ 4. (...). -----

____ 5. A responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela realização das Obras constantes do Plano de Investimentos está limitada, em termos de montantes globais e anuais, aos valores que constam no Anexo I-B, atualizável anualmente, com referência a 31 de Dezembro de 2012, com base na variação do índice de preços no consumidor, sem habitação.-----

11
3

1-E	176
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

____ 6. (...). -----

____ 7. Para empreitadas de valor superior a 500.000,00 euros haverá lugar a Concurso Público. Abaixo desse valor haverá procedimento de ajuste direto, que deve ser precedido de processo de consulta entre empresas do respetivo setor, constantes, para cada caso, de “uma lista restrita” com um número par selecionadas em partes iguais pela ENTIDADE CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA. -----

-----**Artigo 35º**-----

-----**(Comparticipação da Entidade Concedente)**-----

____ [Revogado] -----

-----**Artigo 36º**-----

-----**(Programa Anual)**-----

____ 1. O PROGRAMA ANUAL, que seja aprovado pela ENTIDADE CONCEDENTE, englobará Obras até ao montante previsto para o ano em causa no Plano de Investimentos e definirá detalhadamente a totalidade das intervenções a efetuar. -----

____ 2. Até 30 de Novembro de cada ano, a CONCESSIONÁRIA apresentará o PROGRAMA ANUAL respeitante a todas as Obras a efetuar nos termos do presente CONTRATO, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro do ano seguinte. -----

____ 3. Decorridos 30 (trinta dias) sem que a ENTIDADE CONCEDENTE se pronuncie sobre o Programa Anual, considerar-se-á este tacitamente aprovado. -----

____ 4. Caso a ENTIDADE CONCEDENTE solicite esclarecimentos ou formule objeções ou propostas de alteração ao Programa Anual apresentado, -----

será aplicável o disposto no número 5. do artigo seguinte, sem prejuízo do disposto no número 8 do artigo 13º. -----

-----Artigo 40º-----

----- (Fiscalização de Obras) -----

____ [Revogado]-----

-----Artigo 41º-----

----- (Caução) -----

____ [Revogado]-----

-----Artigo 43º-----

----- (Sanções) -----

____ 1. (...). -----

____ 2. (...). -----

____ 3. (...). -----

____ 4. (...). -----

____ 5. (...). -----

____ 6. (...). -----

____ 7. Na aplicação das multas, a ENTIDADE CONCEDENTE atuará segundo um princípio de proporcionalidade, baseando-se em critérios de gravidade e reiteração e após audição prévia da Comissão de Acompanhamento.-----

____ 8. (...). -----

-----Artigo 44º-----

----- (Sequestro) -----

____ 1. (...). -----

____ 2. (...). -----

12

1-E	147
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

____ 3. Existindo causa de sequestro nos termos dos números anteriores, a ENTIDADE CONCEDENTE informará a Entidade Reguladora e a Comissão de Acompanhamento, e notificará a CONCESSIONÁRIA para que, num prazo razoável, fixado pela Entidade Concedente, sejam cumpridas as obrigações contratuais e, consoante o caso, corrigidas ou reparadas as deficiências verificadas. -----

____ 4. (...). -----

____ 5. (...). -----

____ 6. (...). -----

____ 7. (...). -----

-----**Artigo 47º**-----

-----**(Equilíbrio Financeiro)**-----

____ 1. Para além das situações em que o direito de aceder à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão seja expressamente previsto neste CONTRATO ou decorra da LEI, poder-se-á solicitar a reposição do equilíbrio financeiro da Concessão, pela CONCEDENTE ou CONCESSIONÁRIA, sempre que se verificar qualquer das seguintes situações: -----

____ a) (...). -----

____ b) (...). -----

____ c) (...). -----

____ d) Revogado -----

____ e) Revogado -----

____ f)(...). -----

____ g) Revogado -----

____ h) Revogado-----

____ i) (...).-----

____ j)(...).-----

____ k) Modificações do Plano de Investimentos impostas pela ENTIDADE CONCEDENTE ou por si autorizadas, incluindo obras novas, trabalhos de ampliação e/ou Trabalhos de Renovação.-----

____ 2. Sempre que haja lugar à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão tal reposição far-se-á nos termos e modalidades fixados na Lei e, na falta de disposição legal, através de qualquer uma das seguintes modalidades, aplicando-se, de entre elas, a que, para cada caso, for escolhida por acordo entre as partes ou, na falta de acordo, a que resultar dos mecanismos de resolução de divergências previstos no artigo 48º do presente Contrato: -----

____ a) Compensação financeira direta entre as Partes; -----

____ b) Alteração do prazo da Concessão; -----

____ c) Alteração do Tarifário; -----

____ d) Alteração da retribuição à Entidade Concedente prevista no Artigo 69º; -----

____ e) Conjugação de quaisquer soluções das alíneas anteriores; -----

____ f) Qualquer outra modalidade que venha ser acordada entre as partes no respeito pela Lei aplicável e pelo Contrato. -----

____ 3. Nos casos previstos na alínea k) do número 1 do presente Artigo, a reposição do equilíbrio económico-financeiro da CONCESSÃO será feita através da modalidade prevista na alínea c) do nº 2 do presente Cláusula e/ou através de uma comparticipação da CONCEDENTE. -----

13

1-E	198
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

____ 4. Se, decorridos 90 (noventa) dias após a data do pedido de revisão, não tiver sido obtido um acordo, pode qualquer uma das Partes recorrer ao Tribunal Arbitral previsto no Artigo 48º, sem prejuízo de se proceder à imediata implementação da reposição na parte que tiver obtido o acordo das PARTES. -----

____ 5. O Tribunal Arbitral deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, decidir o pedido de reposição do equilíbrio, sendo tal decisão aplicada de imediato. -----

____ 6. A reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão terá sempre como referência a TIR de Projeto do Modelo Económico apenso ao Contrato de Concessão Inicial, de 10,5%, e a TIR Acionista, de 12,67%.-----

____ 7. O equilíbrio económico-financeiro da CONCESSÃO considerar-se-á reposto quando, cumulativamente: -----

____ a) Os valores mínimos e médio do “rácio de cobertura anual do serviço da dívida” (tal como definido nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO) retomem os níveis constantes do Anexo I-K, quando calculados desde a data de reposição até ao termo dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; -----

____ b) Os valores mínimos e médio do “rácio de cobertura da vida do empréstimo” (tal como definido nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO) retomem os níveis constantes do Anexo I-K, quando calculados desde a data de reposição até ao termo dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; -----

____ c) Seja reposta a TIR de Projeto e TIR Acionista mencionada no ponto 6 do presente artigo, tendo em atenção o calendário de reembolsos e

de remuneração acionista constante no CASO BASE. -----

____ 8. Compete à ENTIDADE CONCEDENTE quantificar o impacto financeiro da verificação dos riscos afetos a cada uma das Partes, circunscrito ao período em causa, de forma a permitir a sua regularização recíproca de 3 (três) em três anos para os casos de compensação previstos nas alíneas b) e c) do número 2, ou em sede de revisão do Contrato para os casos referidos na alínea a) do mesmo número, nos termos previstos no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto. -----

____ 9. O impacto decorrente da verificação de riscos associados à Concessão que não estejam expressamente ressalvados no Contrato é apropriado ou suportado pela CONCESSIONÁRIA até aos limites fixados no Contrato, a partir dos quais há lugar à transferência de benefícios ou perdas anormais, através da revisão do Contrato, nos termos previstos no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto. -----

____ 10. Sempre que haja lugar à reposição do equilíbrio económico-financeiro, com exceção dos casos em que o mesmo seja efetuado através de participação direta entre as partes, o CASO BASE será alterado em função e na medida de tal reposição, procedendo-se à alteração do Anexo I-E. ____ -----

____ 11. Sem prejuízo do número anterior, a cada 5 (cinco) anos de vigência do Contrato, proceder-se-á obrigatoriamente à atualização do CASO BASE, tendo como referência o histórico do último período e a melhor previsão dos pressupostos macroeconómicos e atualização de gastos e ganhos. -----

-----Artigo 48º-----

14

1-E	149
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

------(Tribunal Arbitral)-----

- ____ 1. (...) -----
- ____ 2. A Parte que decida submeter determinado diferendo ao Tribunal Arbitral, apresentará os seus fundamentos para a referida submissão e designará de imediato o árbitro da sua nomeação, no requerimento de constituição do Tribunal Arbitral que dirija à outra Parte através de carta registada com aviso de receção, devendo esta, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção daquele requerimento, designar o árbitro de sua nomeação e deduzir a sua defesa. O Tribunal Arbitral terá competência para fixar o objeto do litígio em causa. -----
- ____ 3. Ambos os árbitros designados nos termos do número anterior da presente Cláusula designarão o terceiro árbitro do tribunal no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da designação do segundo árbitro do Tribunal, cabendo ao Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra, que também nomeará o representante de qualquer das Partes, caso estas o não tenham feito, esta designação, caso a mesma não ocorra dentro deste prazo. -----
- ____ 4. O Tribunal Arbitral considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar a ambas as Partes.----
- ____ 5. O Tribunal Arbitral poderá ser assistido pelos peritos técnicos e consultores que considere conveniente designar. -----
- ____ 6. O Tribunal Arbitral, salvo acordo em contrário das Partes, julgará segundo o Direito constituído e das suas decisões não cabe recurso. -----
- ____ 7. As decisões do Tribunal Arbitral deverão ser proferidas no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de constituição do tribunal determinada nos termos da presente Cláusula, configurarão a decisão final

de arbitragem relativamente às matérias em causa e incluirão a fixação das custas do processo e a forma da sua repartição pelas Partes. -----

____ 9. A arbitragem funcionará de acordo com as regras fixadas no Contrato de Concessão, com as regras estabelecidas pelo próprio Tribunal Arbitral e ainda, subsidiariamente, pelo disposto na Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto. -----

-----**Artigo 52º**-----

-----**(Continuidade do Serviço)**-----

____ 1. A ENTIDADE CONCEDENTE poderá, durante os últimos seis meses de vigência do presente CONTRATO, tomar as medidas necessárias à garantia de continuidade do serviço da forma que menos inconvenientes cause à CONCESSIONÁRIA. -----

____ 2. A ENTIDADE CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA com uma antecedência razoável, nunca inferior a 10 (dez) dias, das medidas a tomar. -----

3. Até 1 (um) ano antes do termo da Concessão, a ENTIDADE CONCEDENTE deve indicar à CONCESSIONÁRIA quais as relações jurídicas conexas com a continuidade da prestação do serviço, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação, de fornecimento de serviços, de aprovisionamento e de financiamento que pretende assumir após aquele termo. -----

4. O disposto no número anterior não prejudica o que dispõe em matéria de reversão o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, nem o estabelecido no título de utilização dos recursos hídricos. -----

----- **Artigo 53º** -----

15
9.

1-E	150
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

9.

----- (Resgate) -----

- ____ 1.(...). -----
- ____ 2.(...). -----
- ____ 3.(...). -----
- ____ 4.(...). -----

____ 5. A ENTIDADE CONCEDENTE ouvirá previamente a Entidade Reguladora sobre a decisão de resgate, nos termos previstos na Lei. -----

----- Anexo 58º -----

----- (Qualidade da Água de Abastecimento) -----

____ 1. A Concessionária deverá garantir o cumprimento das disposições legais e contratuais em vigor, no que se refere aos critérios e normas relativos à qualidade da água abastecida, tendo em consideração as instalações de tratamento disponíveis que fazem parte das Infraestruturas concessionadas. -----

- ____ 2. (...). -----
- ____ 3. (...). -----
- ____ 4. (...). -----
- ____ 5. (...). -----
- ____ 6. (...). -----

----- Artigo 60º -----

-- (Controlo de Qualidade da Água de Abastecimento e dos Efluentes)

____ 1. A CONCESSIONÁRIA procederá ao controlo da qualidade da água distribuída, cumprindo e observando a frequência de amostragem e as demais exigências e especificações constantes da legislação aplicável. -----

____ 2. A CONCESSIONÁRIA dará imediato conhecimento à ENTIDA-

DE CONCEDENTE dos resultados do controlo analítico efetuado, promovendo a publicação trimestral dos mesmos através da afixação nos seus postos de atendimento, sem prejuízo de uma informação imediata em caso de situações anómalas.-----

____ 3. A CONCESSIONÁRIA assegurará a frequência mínima anual de amostragem e de análises para o controlo da qualidade da água para abastecimento humano nos aspetos referentes às características físicas, químicas e microbiológicas, nos termos da legislação aplicável.-----

____ 4. A CONCESSIONÁRIA assegurará a frequência mínima anual de amostragem e de análises para controlo das descargas de efluentes, nos termos da legislação aplicável.-----

____ 5. Sem prejuízo das ações de fiscalização e controlo efetuado pela ENTIDADE CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA prestará todo o apoio às entidades oficiais com competências atribuídas em matéria de controlo de qualidade e vigilância sanitária, nas ações de inspeção relativas à qualidade de água em qualquer ponto do sistema.-----

____ 6. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a afixar os resultados do controlo analítico da qualidade da água e dos efluentes nas sedes das Juntas de Freguesia e no sítio de internet da Entidade Gestora e, no final do ano, a efetuar a sua publicação em 2 (dois) jornais de âmbito regional.-----

----- Artigo 65º-----

----- (Condições Técnicas Particulares da Exploração) -----

____ 1. A CONCESSIONÁRIA deve comunicar à ENTIDADE CONCEDENTE e aos Utilizadores com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas qualquer interrupção programada no abastecimento

____ c) Trabalhos de reparação ou substituição de ramais de ligação, quando não seja possível recorrer a ligações temporárias;-----

____ d) Trabalhos de reparação ou substituição do sistema público ou dos sistemas prediais, sempre que exijam essa suspensão; -----

____ e) Casos de força maior;-----

____ f) Detecção de ligações clandestinas ao sistema público; -----

____ g) Anomalias ou irregularidades no sistema predial detetadas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito de inspeções ao mesmo;-----

____ h) Mora do Utilizador no pagamento dos consumos realizados, sem prejuízo da necessidade de aviso prévio, nos termos previstos na legislação aplicável;-----

____ i) Modificação programada, e autorizada pela ENTIDADE CONCEDENTE, das condições de Exploração. -----

____ 6. A recolha de águas residuais urbanas aos Utilizadores só pode ser interrompida no caso de se verificar alguma das seguintes situações: -----

____ a) Trabalhos de reparação ou substituição de ramais de ligação, quando não seja possível recorrer a ligações temporárias;-----

____ b) Casos de força maior;-----

____ c) Detecção de ligações clandestinas ao sistema público, uma vez decorrido prazo razoável definido pela CONCESSIONÁRIA para a regularização da situação; -----

____ d) Verificação de descargas com características de qualidade em violação dos parâmetros legais e regulamentares aplicáveis, uma vez decorrido prazo razoável definido pela CONCESSIONÁRIA para a regularização da situação; -----

14

2-E	3
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

____ e) Mora do Utilizador no pagamento da utilização do serviço quando não seja possível a interrupção do serviço de abastecimento de água e sem prejuízo da necessidade de aviso prévio, nos termos previstos na legislação aplicável;-----

____ f) Modificação programada, e autorizada pela ENTIDADE CONCEDENTE, das condições de Exploração. -----

____ 7. Para efeitos do previsto no presente Artigo, não se consideram as greves como casos de força maior. -----

----- **Artigo 66º** -----

----- **(Dispositivos de Utilização Pública e Coletiva)** -----

____ 1. São considerados dispositivos de utilização pública e coletiva as tomadas de água para lavagens de ruas e para rega, os chafarizes, as bocas-de-incêndio, os sumidouros e as sarjetas. Estes dispositivos serão colocados, reparados, transferidos ou suprimidos pela CONCESSIONÁRIA por solicitação da ENTIDADE CONCEDENTE ou em caso de avaria provocada por utilização comum ou por terceiros.-----

____ 2. Os custos inerentes às operações de colocação, manutenção e reparação definidas no número anterior, incluindo as reparações decorrentes de atos de vandalismo ou acidentes de viação, serão suportados pela ENTIDADE CONCEDENTE, sendo os respetivos montantes estabelecidos caso a caso, tendo por base os seguintes preços unitários a preços de 2012:-

____ a) Fornecimento e montagem de sumidouros com grade metálica da classe C250, incluindo ramal de ligação em tubagem PVC corrugado rígido da classe SN8, DN 315 mm com uma extensão média de 5 m.l. – 538,81€/unidade; -----

_____ b) Trabalhos de aspiração e desobstrução de coletores de águas residuais pluviais, incluindo fornecimento de água para a realização dos mesmos. Neste valor não está considerado o local de descarga dos produtos provenientes das limpezas, bem como o seu eventual tratamento/valorização – 84,38€/hora; -----

_____ c) Fornecimento montagem de bocas de rega, incluindo ramal – 269,41€/unidade; -----

_____ d) Fornecimento e montagem de marcos de incêndio, incluindo derivação, ramal de ligação e todos os trabalhos necessários – 1.968,77€/unidade; -----

_____ 3. (...). -----

_____ 4. (...). -----

----- **Artigo 67º** -----

----- **(Pagamentos dos Utilizadores à Concessionária)** -----

_____ 1. Todos os serviços prestados aos Utilizadores serão faturados pela CONCESSIONÁRIA com base no Tarifário em vigor e de acordo com a legislação aplicável. -----

_____ 2. Nas faturas por si emitidas, a CONCESSIONÁRIA fará a discriminação dos serviços prestados, das correspondentes tarifas e taxas e volumes de água abastecida e de águas residuais drenadas que dão origem às verbas debitadas, aos encargos de disponibilidade e de utilização, assim como identificará sempre o IVA. -----

_____ 3. A faturação será emitida com a periodicidade definida pela legislação aplicável ou outra que mereça aceitação expressa do Utilizador, devendo, sempre no respeito pela LEI, o sistema de leitura, faturação e

18

2-E	7
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

cobrança evoluir gradualmente no sentido da otimização de recursos e da comodidade dos Utilizadores.-----

____ 4. No caso de entrada em vigor de novas obrigações específicas da atividade da indústria da água, cujos custos sejam debitados ao Utilizador, estes serão apresentados em separado de forma a serem claramente identificados por aqueles.-----

____ 5. O atraso no pagamento das faturas para além do prazo de pagamento referido nas mesmas, implicará o envio, por parte da CONCESSIONÁRIA, de um aviso de cobrança e conferirá automaticamente à CONCESSIONÁRIA o direito à cobrança de juros de mora à taxa legal em vigor.-----

____ 6. O atraso no pagamento das faturas para além do prazo de 10 (dez) dias após a data de receção do aviso de cobrança (o qual incluirá um aviso de corte), conferirá automaticamente à CONCESSIONÁRIA, se o Utilizador não sanar a situação ou apresentar justificação aceitável, o direito de proceder à suspensão do fornecimento de água, nos termos do disposto na legislação aplicável. A reabertura da ligação ao Utilizador faltoso será efetuada após pagamento de todos os custos em dívida à CONCESSIONÁRIA. -----

____ 7. A CONCESSIONÁRIA terá também a faculdade prevista nos números anteriores no caso de não lhe ser possibilitado o acesso ao contador por razões imputáveis ao Consumidor. -----

____ 8. O direito ao recebimento dos serviços prestados prescreve e caduca nos termos previstos na lei. -----

____ 9. As Partes acordam em integrar o disposto nos números anteriores

no Regulamento do Serviço, com estrita observância da Lei nº 23/96, de 26 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, designadamente no seu artigo 5º.-----

----- **Artigo 69º** -----

-----**(Retribuição da Concessão)**-----

____ 1. A CONCESSIONÁRIA pagará à ENTIDADE CONCEDENTE uma retribuição anual, com os seguintes montantes, a preços de 2012:-----

____ a) (...); -----

____ b) (...); -----

____ c) (...); -----

____ d) (...); -----

____ e) (...); -----

____ f) (...); -----

____ g) Em 2012, € 923.632,00 (novecentos e vinte e três mil seiscientos e trinta e dois euros); -----

____ h) Entre 2013 e 2015 (inclusive), € 549.549,00 (quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove euros), em cada ano;-----

____ i) Entre 2016 e 2028 (inclusive), € 343.468,00 (trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito euros), em cada ano;-----

____ j) Em 2029, € 143.112,00 (cento e quarenta e três mil, cento e doze euros).-----

____ 2. Nos anos em que se verifique que cumulativamente a TIR de Projeto e a TIR Acionista referente ao exercício anterior resultante do Caso Base é superior à definida no CONTRATO DE CONCESSÃO original, será devido à ENTIDADE CONCEDENTE uma retribuição adicional corres-

19

2-E	5
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

pondente a 0,15 € por cada m3 de água faturada acima dos volumes previstos no Caso Base.-----

____ 3. Para além da candidatura a financiamento comunitário em curso, a ENTIDADE CONCEDENTE poderá candidatar a financiamento comunitário ou outro equiparado obras que não estejam incluídas no Plano de Investimento e que constituam uma mais-valia para os Municípios do Concelho da Figueira da Foz, a acordar com a CONCESSIONÁRIA.-----

____ 4. Caso venha a ter sucesso a candidatura a financiamento comunitário em curso, a ENTIDADE CONCEDENTE terá direito a um acréscimo de retribuição equivalente ao valor da Comparticipação Nacional, anualizado ao longo da vida do contrato.-----

____ 5. O acréscimo de retribuição a que haja lugar nos termos do número anterior dará automaticamente lugar a uma revisão extraordinária do Tarifário de acordo com a seguinte fórmula: -----

Em que: -----

ATn = Acréscimo tarifário adicional do ano n -----

RCn-1 = Retribuição ao Concedente do ano n-1 -----

RCcb = Retribuição ao Concedente do Caso Base-----

Fn = Fator do ano n-----

VNn-1 = Volume de Negócio do ano n-1 -----

O fator assume o seguinte valor para cada ano n: -----

2013 – 7,4-----

2014 – 7,3-----

2015 – 7,1-----

2016 – 6,8-----

2017 – 6,6-----
2018 – 6,3-----
2019 – 6,1-----
2020 – 5,7-----
2021 – 5,4-----
2022 – 5,0-----
2023 – 4,6-----
2024 – 4,1-----
2025 – 3,6-----
2026 – 3,0-----
2027 – 2,4-----
2028 – 1,7-----
2029 – 0,9-----

____ 6. Caso venham a ser obtidos financiamentos comunitários ou outros equiparados resultantes de candidaturas futuras para execução das obras que não estejam incluídas no Plano de Investimento da CONCESSIONÁRIA, será reposto o equilíbrio económico-financeiro da Concessão nos termos do artigo 47º. -----

----- **Artigo 73º** -----

----- **(Tarifas)** -----

____ 1. A CONCESSIONÁRIA tem direito a fixar, liquidar e cobrar, relativamente a cada um dos Serviços, as seguintes tarifas: -----

____ a) Tarifas Volumétricas para abastecimento de água, a qual constitui a parte do preço da água calculada em função do volume de água consumido. A tarifa volumétrica para abastecimento de água divide-se

20

2-E	6
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

segundo a natureza dos Consumidores e tipo de escalão de consumos a que se aplica, conforme previsto no Anexo I-G; -----

____ b) Tarifa de Disponibilidade de Água e Tarifa de Disponibilidade de Saneamento, as quais constituem as partes fixas das tarifas de água e de saneamento, independente do volume de água consumido e do serviço de drenagem e tratamento de efluentes. Estas tarifas de disponibilidade dividem-se segundo a natureza dos Consumidores e/ou calibre do contador, de acordo com o Anexo I-G. -----

____ c) Tarifa Volumétrica para Saneamento, a qual constitui a parte do preço do serviço de drenagem e tratamento de Efluentes, calculada em função do volume de água consumido. A tarifa volumétrica para saneamento divide-se segundo a natureza dos Consumidores e/ou tipo de escalão de consumo a que se aplica. Conforme previsto no Anexo I-G. -----

____ 2. Aos Utilizadores que possuem furos artesianos ou outros sistemas de abastecimento de água, e que utilizem a rede pública de saneamento, deverá assegurar-se a liquidação das tarifas fixas dos serviços utilizados no local de consumo (abastecimento de água e/ou saneamento), bem como a tarifa volumétrica de saneamento, englobando os caudais drenados mesmo que não fornecidos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos previstos no Regulamento do Serviço. -----

----- Artigo 73º-A -----

----- (Tarifários Sociais e de Famílias Numerosas) -----

____ 1. Aos Utilizadores domésticos de menor rendimento ou com necessidades especiais e aos Utilizadores “famílias numerosas” assegurar-se-á a disponibilização do acesso a um tarifário especial, cujas condições de

admissibilidade constam do Regulamento do Serviço e nos termos do Tarifário. -----

____ 2. O valor máximo anual a suportar pela Concessionária, em conformidade com o modelo Caso Base, é de 150.000,00€. -----

____ 3. Se a solicitação for superior ao limite definido na alínea anterior, será recalculado o benefício em função desse valor limite e das respetivas candidaturas. -----

----- **Artigo 74º** -----

----- **(Faturação de Serviços Auxiliares)** -----

____ 1. Em anexo ao tarifário serão estipulados os custos a cobrar pela CONCESSIONÁRIA por prestações de serviços auxiliares ou trabalhos aos Consumidores. -----

____ 2. Serão considerados os pagamentos dos seguintes serviços, para além de outros a estabelecer, eventualmente, no Regulamento do Serviço:

____ a) Encargos com estabelecimento de ligação; -----

____ b) Tarifa de Interrupção de Fornecimento; -----

____ c) Tarifa de Aferição de Contadores, se solicitada pelo consumidor; -

____ d) Tarifa de Restabelecimento de Ligação; -----

____ e) Tarifa de Corte por Atraso de Pagamento; -----

____ f) Tarifa para Vistoria à canalização interior, se solicitada pelo Consumidor; -----

____ g) Apresentação de Segundo Aviso; -----

____ h) Elaboração de Orçamentos; -----

____ i) Revogado; -----

____ j) Leitura Especial; -----

2-E	7
Livro	Folhas

----- Artigo 76º -----
----- (Revisão do TARIFÁRIO) -----

$$P = 0,9 \times \text{IHPC Global (Junho n-1)} + 0,1 \times \text{IHPC Energético (Junho n-1)}$$

____ IHPC Global (Junho n-2)

IHPC Energético (Junho n-2)

____ 2. A revisão das tarifas nos termos do presente Artigo deverá respeitar a legislação aplicável e está sujeita à aprovação da ENTIDADE CONCEDENTE.-----

____ 3. A proposta de revisão de tarifas, elaborada de acordo com as regras estabelecidas nos números anteriores, deverá ser submetida pela CONCESSIONÁRIA à ENTIDADE CONCEDENTE, para aprovação desta, com a antecedência mínima de 50 (cinquenta) dias úteis face à data pretendida para a sua entrada em vigor. -----

____ 4. A ENTIDADE CONCEDENTE deverá obter todas as eventuais autorizações e pareceres necessários para efeitos de aprovação da revisão do Tarifário, designadamente por parte da Entidade Reguladora, nos termos legais, no prazo de 40 (quarenta) dias úteis a contar da receção da proposta de revisão referida no número anterior. -----

____ 5. Caso a proposta de revisão de tarifas mencionada no número anterior não traduza a correta aplicação dos termos previstos neste Artigo, a ENTIDADE CONCEDENTE, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da receção da proposta de revisão, informará a CONCESSIONÁRIA desse fato, indicando os valores das tarifas a aplicar.-----

____ 6. Caso a CONCESSIONÁRIA não esteja de acordo com os valores indicados pela ENTIDADE CONCEDENTE nos termos do número anterior, deverá formular por escrito a sua reserva, indicando de forma fundamentada os valores que considera corretos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da receção da comunicação da ENTIDADE CONCEDENTE.

____ 7. Decorrido que esteja o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis a

22
9

2-E	8
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

contar da receção da proposta de revisão referida no número 3 deste Artigo ou o prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da reserva referida no n.º 6, sem que a ENTIDADE CONCEDENTE se pronuncie, a proposta de revisão de tarifas considera-se tacitamente aprovada por esta. -----

----- Artigo 78º -----

----- (Preços Especiais) -----

___ A CONCESSIONÁRIA não poderá aceitar contratos de fornecimentos de água em condições especiais, com tarifa diferente, da estabelecida neste CONTRATO, sem prejuízo do tarifário social e para famílias numerosas. -----

----- Artigo 79º -----

----- (Orçamento das Obras a Realizar pela Concessionária) -----

___ [Revogado] -----

----- Artigo 80º -----

----- (Atualização de preços de Execução de Obras por Parte da CONCESSIONÁRIA) -----

___ [Revogado] -----

----- Artigo 81º -----

----- (Processo de Atualização) -----

___ 1. A atualização do Tarifário será introduzida nas faturas emitidas a partir do dia 1 de Janeiro de cada ano, divulgados aos Utilizadores, por publicação nos jornais locais, sendo utilizados na faturação correspondente aos consumos do mês de Janeiro. -----

___ 2. As fórmulas de revisão do Tarifário descritas no Artigo 76º poderão ser revistas e alteradas durante a vigência da CONCESSÃO, com o

objetivo de as readaptar à estrutura de custos, se alguma das seguintes circunstâncias se verificar: -----

____ a) Após terem decorrido 5 (cinco) anos da data de assinatura do presente ADITAMENTO;-----

____ b) Se em algum dos índices constantes das fórmulas de revisão de preços se verificar uma variação superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor vigente na data da assinatura do presente CONTRATO; -----

____ c) Se algum dos índices constantes da fórmula de revisão de preços deixar de ser publicado ou tiver deixado de ser representativo das condições de mercado. -----

____ 3. A solicitação para a alteração da fórmula de revisão do Tarifário poderá ser apresentada por qualquer das Partes, não podendo o processo de negociação daí decorrente implicar qualquer suspensão das obrigações contratuais em vigor.-----

----- Artigo 91º-A-----

-----**(Sistemas de Qualidade, Gestão e Avaliação de Desempenho)**-----

____ 1. A CONCESSIONÁRIA deve promover a recolha de informação histórica e previsional quanto aos níveis de utilização, à cobertura e à qualidade dos Serviços, ao seu desempenho ambiental, à produtividade e à eficiência da sua gestão, aos investimentos a realizar, incluindo o respetivo cronograma físico e financeiro, e as demonstrações financeiras de cariz geral e analítico. -----

____ 2. A CONCESSIONÁRIA deve: -----

____ a) Dispor de informação sobre a situação atual e projetada das Infraestruturas, a sua caracterização e a avaliação do seu estado funcional e

23

2-E	9
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

de conservação; -----

___ b) Garantir a melhoria da qualidade dos Serviços e da eficiência económica, promovendo a atualização tecnológica dos Sistemas, nomeadamente quando daí resulte um aumento da eficiência técnica e da qualidade ambiental. -----

___ 3. A CONCESSIONÁRIA deve igualmente promover e manter: ----

___ a) Um sistema de garantia de qualidade do serviço prestado aos Utilizadores; -----

___ b) Um sistema de gestão patrimonial de Infraestruturas; -----

___ c) Um sistema de gestão de segurança; -----

___ d) Um sistema de gestão ambiental; -----

___ e) Um sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho; -----

___ f) Um sistema de análise de desempenho, nos termos e moldes previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto. -----

----- Artigo 93º-A -----

----- (Comissão de Acompanhamento da Concessão) -----

___ 1. Na presente data é constituída uma Comissão de Acompanhamento integrando um representante designado pela ENTIDADE CONCEDENTE, um representante designado pela Concessionária e um terceiro elemento co-optado pelos anteriores, que preside, de acordo com o respetivo regulamento de funcionamento. -----

___ 2. Compete à Comissão de Acompanhamento: -----

___ a) Emitir parecer sobre a conformidade com o CONTRATO DE CONCESSÃO dos projetos de execução de investimentos submetidos pela CONCESSIONÁRIA à prévia aprovação da ENTIDADE CONCEDENTE;

____ b) Emitir relatório anual relativo ao cumprimento do CONTRATO DE CONCESSÃO, a remeter igualmente à ENTIDADE CONCEDENTE e à Entidade Reguladora, até ao final do 1.º trimestre do ano seguinte ao que diz respeito;-----

____ c) Emitir parecer sobre a aplicabilidade das sanções contratuais previstas para situações de incumprimento e respetivo montante;-----

____ d) Emitir parecer sobre a efetiva verificação de riscos que permanecem na responsabilidade da ENTIDADE CONCEDENTE e quantificar as compensações devidas à CONCESSIONÁRIA ou ENTIDADE CONCEDENTE, conforme o caso; -----

____ e) Auscultar ambas as partes e recolher os respetivos contributos em sede de preparação de alterações do CONTRATO DE CONCESSÃO; -----

____ f) Emitir parecer sobre diferendos entre as partes, nomeadamente quanto à interpretação de cláusulas contratuais;-----

____ g) Elaborar o respetivo regulamento de funcionamento.-----

____ 3. O prazo para a emissão dos pareceres referidos no número anterior é de 20 (vinte) dias úteis após a solicitação por uma das partes, salvo no caso da alínea f) do número anterior, em que é de 15 (quinze) dias úteis.----

____ 4. Os pareceres da Comissão de Acompanhamento não são vinculativos, aplicando-se os mecanismos de resolução de diferendos e arbitragem sempre que os mesmos não sejam voluntariamente seguidos pelas PARTES. -----

____ 5. O montante anual destinado a suportar os encargos de funcionamento da Comissão de Acompanhamento, será repartido pelas PARTES da seguinte forma: a CONCESSIONÁRIA suporta os custos

24
9.

2 - E	10
Livro	Folhas

9.

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

associados ao seu representante e a ENTIDADE CONCEDENTE os custos associados ao seu representante, sendo os custos relativos ao Presidente co-optado pelas partes nos termos do ponto 1 do presente artigo suportado em partes iguais por ambos. -----

----- **Artigo 93º-B** -----

----- **(Fiscalização por Parte da Entidade Reguladora)** -----

____ 1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na Lei, a CONCESSIONÁRIA deve remeter à Entidade Reguladora: -----

____ a) Os Tarifários, acompanhados da deliberação que os aprovou; -----

____ b) Os Relatórios & Contas ou documento equivalente de prestação de contas; -----

____ c) As restantes informações decorrentes do estatuto da Entidade Reguladora e demais legislação aplicável. -----

____ 2. Os elementos previstos na alínea a) do número anterior devem ser enviados no prazo de 10 (dez) dias após a respetiva aprovação. -----

____ 3. Os elementos previstos na alínea b) do n.º 1 devem ser enviados anualmente e até ao termo do 1.º semestre do ano seguinte àquele a que respeite o exercício considerado, devendo estar certificados por auditor externo independente. -----

----- **CLÁUSULA 5ª** -----

----- **REGULAMENTO DO SERVIÇO** -----

____ 1. Todas as referências e remissões feitas no Contrato ao Regulamento do Serviço consideram-se efetuadas para o Regulamento do Serviço ora revisto, cujos termos finais as Partes se obrigam a acordar no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do presente Terceiro

Aditamento, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do presente Artigo. -----

____ 2.O Regulamento do Serviço incluirá obrigatoriamente os Níveis de Serviço a que a Concessionária se obriga perante os Utilizadores. -----

----- **CLÁUSULA 6ª** -----

----- **TRABALHADORES** -----

____ Os trabalhadores em regime de mobilidade transitaram em Janeiro de 2011 para a situação jurídico-funcional de cedência de interesse público, nos termos da legislação aplicável.-----

----- **CLÁUSULA 7ª** -----

----- **TARIFÁRIO** -----

____ Todas as referências e remissões feitas no Contrato ao Tarifário ou ao Anexo I-G consideram-se efetuadas para o Tarifário do presente Terceiro Aditamento. -----

----- **CLÁUSULA 8ª** -----

----- **PLANO DE INVESTIMENTOS** -----

____ Todas as referências e remissões feitas no Contrato ao Novo Plano Global de Investimentos ou ao Anexo I-B consideram-se efetuadas para o Plano de Investimentos do presente Terceiro Aditamento. -----

----- **CLÁUSULA 9ª** -----

----- **CASO BASE** -----

____ Todas as referências e remissões feitas no Contrato ao Caso Base ou ao Anexo I-E consideram-se efetuadas para o Caso Base do presente Terceiro Aditamento. -----

----- **CLÁUSULA 10ª** -----

----- **EFICÁCIA** -----

25
3

2 E	11
Livro	Folhas

MARIA DELMINDA NEVES
Notária

____ 1. O presente Terceiro Aditamento produz efeitos desde a data da sua assinatura, sem prejuízo do disposto no número 3 do presente Artigo. -----

____ 2. A partir da data de assinatura do presente Terceiro Aditamento, o Contrato passa a ser integrado pelas modificações, aditamentos e retificações constantes do presente Aditamento. -----

____ 3. Os sistemas referidos no Artigo 91º-A, n.º 3 do Contrato, na redação conferida pelo presente Terceiro Aditamento, devem ser implementados no prazo de 1 (um) ano a contar da assinatura do mesmo. ---

-----CLÁUSULA 11ª -----

-----RESOLUÇÃO DE DIFERENDOS -----

____ Os eventuais conflitos que possam surgir entre as Partes em matéria de aplicação, interpretação ou integração do presente Terceiro Aditamento serão resolvidos de acordo com os mecanismos de resolução de divergências estabelecidos no Contrato.-----

____ - DISSERAM OS OUTORGANTES, NAS RESPECTIVAS QUALIDADES EM QUE OUTORGAM:-----

____ - Que, para os seus representados, aceitam a presente terceira alteração contratual nos termos exarados.-----

____ - ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM por minuta, que restituf-----

____ - Documentos arquivados:-----

____ - a) Fotocópias das referidas atas deliberativas;-----

____ - b) Plano de Investimento;-----

____ - c) Caso Base-----

____ - d) Tarifário-----

_____ - e) Regulamento do Serviço e seus anexos.-----

_____ - Escritura lida e explicado o seu conteúdo aos intervenientes. -----

A Notária,

Conta nº. 503 - A/2012